

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO



Relatório de Monitoramento de Resultados

3º Trimestre de 2025



Empresa de Pesquisa Energética é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, instituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, a EPE tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outros.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Thiago Guilherme Ferreira Prado

Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

Thiago Ivanoski Teixeira

Diretor de Estudos de Energia Elétrica

Reinaldo da Cruz Garcia

Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Heloisa Borges Bastos Esteves

Diretor de Gestão Corporativa

Carlos Eduardo Cabral Carvalho

Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos – CGR

João Pedro dos Santos Rodrigues – Gestor

Sérgio Lucio G. Miranda – Analista de Gestão Corporativa

George André Galvão Esteves – Analista de Gestão Corporativa

Leonardo Serrano de Oliveira – Analista de Gestão Corporativa

Gal Moreira Silva Vieira Carrez – Estagiária

Laise Dias Fontes - Estagiária

(Composição em 30/09/2025)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Thiago Guilherme Ferreira Prado

Fabio de Almeida Rocha

Dany Andrey Secco

Denilvo Moraes

Elisa de Oliveira Alves

Fernando Colli Munhoz

CONSELHO FISCAL

Alexandra Lúcio Sales de Carvalho

Brenno Leopoldo Cavalcante de Paula

Felissa Sousa Alarcon

COMITÊ DE AUDITORIA

Claudia Carvalho Posdnyakov

José Luiz de Souza Gurgel

Paulo Roberto Reichelt Ayres

Membros do Comitê de Riscos da EPE

Thiago Guilherme Ferreira Prado – PR

Carlos Eduardo Cabral Carvalho – DGC

João Pedro dos Santos Rodrigues - CGR

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório registra os principais resultados decorrentes da atuação da Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos (CGR) no 3º trimestre de 2025. Esta tarefa foi realizada atendendo a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos (PDG-008-COA), a Política de Integridade e Anticorrupção (PDG-011-COA) e as competências estipuladas para a CGR contantes no Artigo 122 do Estatuto Social, aprovado na 20ª Assembleia Geral Extraordinária, em 17 de abril de 2025.

Salienta-se que os projetos conduzidos pela área de CGR garantem e reforçam o alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), atendendo o objetivo do ciclo do PEI de 2025-2029: “Fortalecer a cultura de governança, visando à consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado”.

Destaca-se que a elaboração e divulgação do presente relatório é realizada com o grau de detalhamento adequado à complexidade e escopo do funcionamento da EPE.

2. PRINCIPAIS RESULTADOS

A seguir estão listados os principais trabalhos executados pela área da CGR neste trimestre:

- Governança e Integridade
- Gerenciamento de Riscos
- Sistema Normativo
- Segurança da Informação e Comunicações
- Administrativo

3. DETALHAMENTO DOS RESULTADOS

3.1. GOVERNANÇA E INTEGRIDADE

3.1.1. DESTAQUES DO 3º TRIMESTRE DE 2025

No âmbito da Governança, destaca-se o atendimento ao sistema de “Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis”. Essa ferramenta tem como objetivo avaliar o grau de integração da sustentabilidade e da responsabilidade social na gestão empresarial, contribuindo para a definição de estratégias, políticas e processos organizacionais.

A metodologia consiste em um questionário de autodiagnóstico, aliado a uma plataforma *on-line* que gera relatórios detalhados sobre o desempenho da organização. Entre as dimensões avaliadas, destacam-se aspectos relacionados ao Guia de Integridade, Prevenção e Combate à Corrupção.

Em agosto, foi concluído o preenchimento do questionário, e a Empresa obteve a nota 8,2 – um avanço significativo em relação ao ciclo anterior, que registrou a nota 7,4. Esse resultado evidencia a evolução contínua da organização em práticas de governança, sustentabilidade e integridade.

No âmbito da integridade, destacam-se as ações de comunicação voltadas à promoção da cultura de integridade. Entre elas, estão a divulgação interna para todos os funcionários da Política de Integridade e Anticorrupção, bem como a publicação dos textos “O que é Integridade” e “Integridade como compromisso coletivo” nos boletins institucionais dos meses de agosto e setembro.

No período, também houve avanços significativos no processo de contratação da ferramenta de *Background Check* (verificação de antecedentes). Foram realizadas reuniões com as empresas interessadas: SupplyLabs, LexisNexis, Ibracem e Trovale Tecnologia, para apresentação das soluções e orientações sobre a utilização dos sistemas.

Após a análise das propostas, a empresa Ibracem foi contratada por meio da modalidade de dispensa de licitação, pelo valor de R\$ 36.000,00.

3.1.2. CICLO INSTITUTO ODS 2025

No mês de agosto, a Empresa conquistou o **Selo ODS Prata**, concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU), após aprovação em auditoria dos projetos e processos realizados nos últimos 12 meses. Essa certificação é destinada às organizações que demonstram alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo alcançado entre 8 e 16 dos 20 objetivos avaliados.

O **Selo ODS Prata** reconhece iniciativas que promovem transformações sociais, ambientais e econômicas positivas, reforçando o compromisso da empresa com a sustentabilidade e contribuindo para o fortalecimento dessa cultura no país.

3.2. GERENCIAMENTO DE RISCOS

3.2.1. DESTAQUES DO 3º TRIMESTRE DE 2025

3.2.1.1. COMUNICAÇÃO DA NOVA POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em decorrência da aprovação da nova Política de Gestão de Riscos e Controles Internos (PDG-008-COA) no 2º trimestre, foi realizada a comunicação institucional a todos os colaboradores, por meio de canais eletrônicos, reforçando o compromisso com a transparência e a governança corporativa.

3.2.1.2. COMITÊ DE RISCOS

Conforme reportado no trimestre anterior, o modelo de funcionamento do Comitê de Riscos passou por reformulação. No entanto, foram identificadas necessidades de ajustes em sua composição, o que demandou a revisão da proposta de Regimento Interno. Uma nova minuta foi elaborada e será submetida à aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.

3.2.1.3. AVANÇOS NA IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS OPERACIONAIS

Durante o período, para fins de monitoramento, foi apresentada à Auditoria Interna a identificação, análise e avaliação dos riscos associados ao processo de folha de pagamento. Além disso, avançou-se no gerenciamento de riscos processo de aquisições, com a identificação de riscos, causas, consequências, bem como a análise dos riscos inerentes e residuais.

3.3. SISTEMA NORMATIVO

3.3.1. DESTAQUES DO 3º TRIMESTRE DE 2025

No período, foram analisadas minutas de normativos internos, das quais 10 tiveram pareceres finalizados e entregues, conforme listado abaixo:

- Parecer CGR/EPE nº 19/2025 – Norma de Gestão de Processos;
- Parecer CGR/EPE nº 20/2025 – Regimento Interno do Comitê de Riscos;
- Parecer CGR/EPE nº 21/2025 – Análise sobre a exposição a riscos com a manutenção da opção de renda vitalícia do Plano de Previdência Eletros EPE;
- Parecer CGR/EPE nº 22/2025 – Proposta de Regulamento do Plano de Cargos e Salários (PCS) da EPE;
- Parecer CGR/EPE nº 23/2025 – Fluxo para tratamento de manifestações de Ouvidoria;
- Parecer CGR/EPE nº 24/2025 – Norma Adicional de Qualificação;
- Parecer CGR/EPE nº 25/2025 – Norma Gestão de Desempenho;
- Parecer CGR/EPE nº 26/2025 – Norma de Promoção;
- Parecer CGR/EPE nº 27/2025 – Versão revisada da Norma de Fiscalização e Gestão Contratual;
- Parecer CGR/EPE nº 28/2025 – Regulamento Disciplinar.

Dentre os pareceres citados, cabe destacar o Parecer CGR/EPE nº 22/2025, que trata da proposta de revisão do Regulamento do Plano de Cargos e Salários (PCS) da EPE. A revisão do Regulamento do PCS visa atender às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST/MGI). A análise teve como principais pontos de atenção a avaliação do impacto econômico-financeiro, a junção dos cargos de Analista de Pesquisa Energética e Analista de Gestão Corporativa e os riscos de baixa atratividade para carreiras de alta demanda. De forma complementar, foi avaliada a elaboração de outros três normativos derivados, a Norma Adicional de Qualificação, a Norma de Gestão de Desempenho e a Norma de Promoção (respectivamente, Pareceres CGR/EPE nº 24, 25 e 26), visando a regulamentação desses instrumentos previstos no novo Regulamento do PCS.

Adicionalmente, a CGR também avaliou nesse período a proposta de revisão do Regulamento do Plano de Previdência Eletros e a Política de Privacidade do site da EPE, na qual foi realizada uma análise relativa à sua implementação.

Por fim, encontra-se em andamento o processo de revisão da Norma de Elaboração de Instrumentos Normativos (Norma Mater), com destaque para a análise e revisão de seus instrumentos normativos e níveis de aprovação.

3.4. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

3.4.1. DESTAQUES DO 3º TRIMESTRE DE 2025

No terceiro trimestre de 2025 foi continuado o processo de contratação de consultoria para a realização do serviço de penetração da rede do escritório central (PENTEST). O Serviço consiste na simulação de um ataque cibernético à rede de computadores da EPE através da VPN. A contratação tem como objetivo o melhoramento contínuo da segurança cibernética da Empresa. Para a prestação do serviço, foi contratada a consultoria Secutity Ecosystem Knowledge, no valor total do contrato de R\$ 40.260,99.

Foi emitido e apresentado o Relatório de Encerramento do Projeto de Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (SGCN). Este relatório teve como objetivo documentar as atividades executadas no projeto do Planejamento da segunda onda do SGCN. As atividades foram planejadas para fortalecer a capacidade da EPE de prevenir, responder e se recuperar de incidentes disruptivos, minimizando impactos em suas operações críticas.

Por fim, foi continuada a campanha de conscientização em Segurança da Informação, com o início da execução da 3ª temporada do Hacker Rangers. Além disso, o Comitê de Segurança da Informação realizou duas reuniões mensais previstas para o período.

3.5. ADMINISTRATIVO

3.5.1. DESTAQUES DO 3º TRIMESTRE DE 2025

No que se refere à gestão administrativa da CGR, registram-se, no período, as seguintes atividades:

- Alteração no cargo de gestor da área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos;
- Integração de novo empregado efetivo aprovado no último concurso;
- Desligamento de uma estagiária devido ao término de contrato;
- Início do processo de recrutamento e seleção para reposição de estagiário;
- Acompanhamento dos objetivos estratégicos, PNA e OKR's referentes ao 3º trimestre de 2025;
- Continuidade da reorganização das pastas da CGR na nuvem, com o objetivo de evitar a duplicação de documentos e criar um fluxo de arquivos mais lógico, bem como desincentivar o uso da memória contratada da empresa para fins pessoais.

4. CONCLUSÕES

No terceiro trimestre de 2025, a CGR apresentou avanços nas áreas de governança, integridade, riscos, conformidade e segurança da informação.

Em relação à governança e integridade, a empresa obteve um aumento significativo na nota de Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis, em relação ao último ciclo. Nesse período, também foram realizadas ações para a divulgação da Política de Integridade e Anticorrupção, aprovada em junho, e concluiu a contratação da ferramenta de *Background Check* (verificação de antecedentes). Tais ações demonstram o comprometimento da EPE com a evolução das suas práticas de governança, sustentabilidade e integridade.

Em relação à conformidade e gestão de riscos, foi comunicada aos empregados a nova Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, também concluída em junho. Além disso, o Comitê de Riscos foi reformulado, o que levou a revisão do seu Regimento Interno. Em relação ao sistema normativo, destaca-se no período a análise da proposta de Regulamento do Plano de Cargos e Salários (PCS) e das normas decorrentes deste.

Na área de Segurança da Informação, destaca-se a contratação de consultoria para a realização do serviço de PENTEST e a apresentação do Relatório de Encerramento do Projeto de SGCN.

Por fim, a Empresa também conquistou o Selo ODS Prata, concedido pela ONU, demonstrando o alinhamento da EPE com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.